

# A Primavera de Sangue nas páginas da imprensa: mobilização popular e cidadania na Primeira República (Rio de Janeiro, 1909-1911)

The Blood Spring in the pages of the press: popular mobilization and citizenship in the First Republic (Rio de Janeiro, 1909-1911)

Nycole Botelho dos Santos

Mestranda em História

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

botelho.nycole@gmail.com

Recebido: 15/08/2024

Aprovado: 23/04/2025

**Resumo:** No ano em que se completava duas décadas da Proclamação da República - e 21 anos da abolição da escravidão - a Capital Federal foi palco de cenas sangrentas: em meio a uma manifestação, dois estudantes de medicina foram assassinados pela polícia militar à paisana. O caso ficou conhecido na imprensa como Primavera de Sangue e causou grande mobilização na população. Com o intuito de entender as dimensões e possíveis significados deste caso e seus desdobramentos, este artigo analisa as informações sobre o caso publicadas pelos quatro principais jornais do Rio de Janeiro: o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*. A partir disso, busca-se discutir a participação popular e um possível exercício da cidadania, bem como a atuação da imprensa neste caso.

**Palavras-chave:** Primavera de Sangue; cidadania; imprensa.

**Abstract:** In the year that marked two decades of the Proclamation of the Republic - and 21 years of the abolition of slavery - the Federal Capital was the scene of bloody scenes: in the midst of a demonstration, two medical students were murdered by plainclothes military police. The case became known in the press as the Blood Spring and caused great mobilization among the population. In order to understand the dimensions and possible meanings of this case and its consequences, this article analyzes the information about the case published by the four main newspapers in Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias* and *O Paiz*. From this, we seek to discuss popular participation and a possible exercise of citizenship, as well as the role of the press in this case.

**Keywords:** Blood Spring; citizenship; press.

## A Primavera de Sangue

No dia 22 de setembro de 1909, o centro da cidade do Rio de Janeiro ganhou uma movimentação diferente. Em frente à Faculdade de Medicina, desde a manhã daquele dia até por volta

das 13:00 horas, uma concentração de acadêmicos<sup>1</sup> formava-se. Traziam consigo varapaus com velas de sebo e cruzes feitas de caixas de batatas, em cores escuras e com inscrições que diziam “Orae por elle”<sup>2</sup> (*Correio da Manhã*, 23/09/1909, p. 01). Também traziam um caixão, feito de madeira e com uma coroa de flores roxa em cima. Nele era possível ler: “Morreu o general Aguiar - Orae por elle” (*Correio da Manhã*, 23/09/1909, p. 01 e *Gazeta de Notícias*, 23/09/1909, p. 01), escrito à giz. Em uma faixa que o cobria, estava a frase: “Ao Sr. general Souza Aguiar - Recordações dos estudantes” (*Gazeta de Notícias*, 23/09/1909, p. 01). Tratava-se de uma manifestação fúnebre para o comandante da Força Policial, general Souza Aguiar, mas nada convencional. Eles não tinham o intuito de lamentar a partida de alguém querido e sim de mostrar uma revolta com alguém vivo (e não tão querido assim). Este enterro simbólico era um ato comum dos estudantes deste período para ridicularizar seus desafetos<sup>3</sup>. Assim, a figura pública do general Souza Aguiar havia morrido para este grupo.

Às 13:00 horas, o préstimo enfim saiu. À frente dele iam dois estudantes, Francisco Pedro Ribeiro Junqueira e José de Araujo Guimarães, caracterizados de padre e sacristão, respectivamente. Caminhavam e proferiam rezas caricatas. Ao passar pela rua do Ouvidor, o préstimo gerava risadas nos transeuntes (*Correio da Manhã*, 23/09/1909, p. 01) e sua chegada no Largo de São Francisco de Paula levou um grande número de curiosos às janelas e às portas das casas comerciais (*Jornal do Brasil*, 23/09/1909, p. 05). No referido Largo, em frente à estátua de José Bonifácio, às 14:00 horas, os rapazes pararam para decidir se seguiriam para a Escola Politécnica ou para a Faculdade de Direito. Um dos acadêmicos sugeriu então que depositassem o caixão na escadaria da igreja de São Francisco, e para lá eles seguiram.

Neste momento, foram surpreendidos com o ataque de um indivíduo que se lançou sobre os estudantes, dando-lhes bengaladas. Este primeiro estava vestido de terno marrom e gravata vermelha e logo surgiram outros homens que também se lançaram a agredir os acadêmicos com lâminas, punhais e armas de fogo. Um conflito generalizado estabeleceu-se, a Guarda Civil e o povo que estavam ali presentes tentaram repelir os malfeitos. Os estudantes usavam sarrafos e pedras para se defender, atirando contra os sujeitos, que até este momento apenas desferiram bengaladas. Logo se ouviu gritar “E’ soldado á paisana! E’ soldados!” (*Jornal do Brasil*, 23/09/1909, p. 05). Os agressores eram soldados

<sup>1</sup> Eram estudantes das seguintes instituições: Faculdade de Medicina, Santa Casa da Misericórdia e Escola Politécnica (*O Paiz*, 23/09/1909, p. 01).

<sup>2</sup> Os trechos citados dos jornais respeitam a grafia da época.

<sup>3</sup> A prática de realizar enterros simbólicos daqueles em relação aos quais os estudantes tinham alguma aversão era algo comum desde a primeira década republicana. Desta prática vem a expressão “matar por ridículo” (Borges, 2011, p. 239-240).

da Força Policial à paisana e após essa revelação, o homem de terno marrom abraçou o estudante Araujo Guimarães pelas costas e cravou-lhe um punhal no peito. Guimarães caiu já quase sem vida e foi levado para as escadarias da Escola Politécnica, onde em pouco tempo veio a óbito. No momento em que Guimarães foi golpeado, os rapazes e a Guarda Civil se esforçaram para prender o agressor. A Guarda conseguiu cercá-lo, mas ainda armado, tentou ferir o delegado Corrêa Dutra, que tentava conter o conflito. No entanto, o golpe acabou atingindo outro acadêmico: Ribeiro Junqueira, o padre do prédio, foi apunhalado no peito. O estudante foi socorrido, mas não resistiu ao ferimento e veio a falecer naquela tarde. Só após fazer essa nova vítima é que o sicário foi contido.

Com o auxílio de populares, a Guarda Civil conseguiu prender cinco dos agressores<sup>4</sup>, que foram levados para o 3º Distrito Policial. O nome do assassino dos estudantes era Joaquim Mathias dos Santos, soldado da Força Policial. Os demais presos também tinham a mesma qualidade de soldados<sup>5</sup>. Mas o conflito estava longe de acabar. O Chefe de Polícia, Leoni Ramos, havia ordenado que a Força Policial (polícia militar) não estivesse na rua durante a manifestação dos estudantes, a fim de minimizar possibilidades de conflito. Desta forma, apenas a Guarda Civil acompanhava o prédio. No entanto, para a surpresa dos presentes, chegaram ali piquetes da Força Policial desferindo golpes de espada sobre a população, não se sabia por ordem de quem. A violência desta polícia restabeleceu o conflito, transformando o Largo de São Francisco de Paula em uma praça de guerra (*Correio da Manhã*, 23/09/1909, p. 01). As Forças apenas se retiraram depois de uma intimação feita pelo senador Hercílio Luz<sup>6</sup> que havia chegado ali com uma ordem do Chefe de Polícia.

Indignados com as agressões sofridas, os estudantes se dirigiram ao Palácio do Catete para pedir ao Presidente da República, Nilo Peçanha, que providências fossem tomadas. O Presidente se comprometeu a agir com “desusada energia” (*Correio da Manhã*, 23/09/1909, p. 01) no caso, punindo os responsáveis. O então ministro da Justiça e Interior, Esmeraldino Bandeira, também conversou com os estudantes, prometendo-lhes que a justiça seria feita<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> O número de soldados à paisana no Largo era maior, um dos depoimentos aponta um número de cerca de 30 indivíduos. Já o depoente Heitor Pereira Maciel diz ter escutado de um dos paisanos que estavam ali por volta de 80 soldados da Força Policial à paisana, para meter o pau nos estudantes (*Jornal do Brasil*, 30/09/1909, p. 06).

<sup>5</sup> Os 5 presos se chamavam: Joaquim Mathias dos Santos (vulgo Turquinho), Augusto Barbosa dos Santos, José Lima Leal (vulgo Bacurão), Belisario Henrique da Costa e Terencio Antonio dos Santos (vulgo Bexiga).

<sup>6</sup> Um dos estudantes que estavam no prédio - Alfredo Luz - era filho deste senador.

<sup>7</sup> Ainda naquela tarde o general Souza Aguiar foi exonerado de seu cargo e um novo comandante para a Força Policial foi designado, o general Thaumaturgo de Azevedo.

Mas naquele dia os conflitos não cessariam tão cedo. Houve ainda alguns desentendimentos entre estudantes e a polícia militar. Destaco aqui o conflito que se deu quando os estudantes retornavam do Palácio do Catete. Passaram pela rua Senador Dantas, em frente à delegacia do 5º distrito gritando vaias. Ao chegarem perto da esquina da rua Evaristo Veiga, em frente a garagem da Força Policial, sofreram provocações do Capitão Brilhante. Um dos estudantes proferiu vaias à polícia e foi o bastante para que o referido Capitão ordenasse um novo ataque: “ordenou que uma força de 20 praças carregasse sobre o povo, porque já não eram sómente os estudantes que protestavam, eram os passageiros dos bonds, populares e moradores das proximidades, que protestavam das sacadas e das janellas” (*Gazeta de Notícias*, 23/09/1909, p. 02). A população carioca esteve presente ativamente no conflito, protestando contra a violência da polícia e até apanhando junto aos acadêmicos. Os jornais indicam que a polícia perseguiu o povo, deixando muitos feridos<sup>8</sup>.

A manifestação que pretendia apenas tornar pública uma insatisfação dos estudantes com o comandante da Força Policial, terminou em uma tragédia que se desdobraaria em manifestações de pesar, investigações e dois julgamentos. Mas antes de tratar desses desdobramentos, é preciso entender seus antecedentes. Por que motivo o general Souza Aguiar havia se tornado um desafeto dos estudantes, desencadeando tal manifestação? Esses acontecimentos têm sua origem no dia anterior ao dia 22 de setembro, em outra manifestação organizada pelos estudantes.

## A manifestação da primavera

Era por volta de três e meia da tarde do dia 21 de setembro de 1909, quando uma passeata tomou as ruas do Rio de Janeiro. Os acadêmicos desta Capital se organizaram com painéis, cartazes e críticas, que percorreram as principais ruas da cidade. A festa dos estudantes, como foi noticiada nos principais periódicos da cidade, tinha por finalidade dar as boas-vindas à nova estação que se anunciava e comemorar a fraternidade e união entre os estudantes da América do Sul. Mas também denota uma possível ligação com as negociações da política externa entre Uruguai e Brasil.

Dois anos antes, em um congresso que aconteceu em Montevidéu, ficou estabelecido o dia 21 de setembro como dia dos estudantes. Portanto, a comemoração seria realizada neste dia e em

<sup>8</sup> A *Gazeta de Notícias* traz em uma de suas seções a impressão de um dos populares agredidos. O homem foi golpeado à espada pela polícia, que lhe cortou as costas. Diz que no momento da agressão só sentia vontade de sentar e chorar e ao chegar em casa foi um suplício tirar a camisa, que estava grudada à ferida (*Gazeta de Notícias*, 24/09/1909, p. 03).

diferentes lugares da América do Sul. Naquele 21 de setembro em 1909, um banquete aconteceu também em Montevidéu, reunindo estudantes brasileiros e uruguaios. Nesta ocasião em que conversavam sobre a união dos povos, um presente simbólico marcou esse encontro: um busto do Barão de Rio Branco foi entregue pelos brasileiros aos uruguaios, já que se tratava de um “benfeitor comum” (*O Paiz*, 22/09/1909, p. 02). Mas por que um busto do Barão do Rio Branco? Aqui é preciso fazer um breve parêntese para expor uma possível explicação.

O Barão do Rio Branco, neste momento estava à frente das negociações de redefinição das fronteiras entre Uruguai e Brasil, revendo o que estava estabelecido no tratado de 1851 - que tirava do Uruguai os direitos sobre a Lagoa Mirim e o Rio Jaguarão (Espiell, 1984, p. 238). Ainda naquele ano de 1909 a revisão do tratado seria assinada e o Uruguai retomaria o direito de navegação. Mas não apenas o busto evidencia essa ligação dos estudantes com os assuntos políticos da redefinição de fronteira, como também os discursos dos acadêmicos naquele dia 21 denotam essa proximidade. Na ocasião de entrega do busto do Barão de Rio Branco, o acadêmico brasileiro Theodoro Figueira de Almeida iniciou seu discurso citando a ação da chancelaria brasileira como um ato de justiça internacional. Cita esse ato da chancelaria brasileira outras vezes - elogiando a figura do Barão de Rio Branco - mobilizando também acontecimentos históricos, falando sobre a união da América Latina e reparação dos erros do Brasil no passado (*O Paiz*, 22/09/1909, p. 02). No fim de seu discurso aponta para uma ligação intrínseca entre as manifestações do dia 21 e essas questões:

O dia 21 de setembro, escolhido pelo Congresso Internacional de Estudantes, reunido na vossa Capital, para as festas da fraternidade no continente americano, **não podia ser este anno consagrado a outro acontecimento** que não fosse a brilhante victoria da política republicana e fraternal, com que o nosso eminent chanceller vai promover o esquecimento de velhos preconceitos e apagar ressentimentos antigos que até hoje compromettiam o estabelecimento irrevogável da concordia americana (*O Paiz*, 22/09/1909, p. 02) [Grifo nosso].

No mesmo dia, após a manifestação que tomou as ruas da Capital Federal brasileira, no Instituto Nacional de Música, reuniram-se estudantes e famílias para dar continuidade à festa dos estudantes. Nesta ocasião o orador oficial, acadêmico Teixeira Mendes, também cita em seu discurso a ação da chancelaria brasileira e sua proximidade com as questões das fronteiras:

A resolução da nossa chancelaria **restituindo ao Uruguay o que de direito lhe pertencia**. [...] Em tais condições é que agora effectua a reunião de Montevidéu, como base asseguradora da união e da concordia (*Gazeta de Notícias*, 22/09/1909, p. 02) [Grifo nosso].

Desta forma, mesmo que não seja citada diretamente a revisão do tratado de fronteiras de 1851, o contexto da publicação dos discursos nos periódicos nos indica que esse ato da chancelaria brasileira, que restituíria ao Uruguai o que lhe pertencia, se trata da nova demarcação de fronteiras entre os dois países<sup>9</sup>. Outro importante indício que encontramos nos periódicos são informações de que os acadêmicos vinham discutindo o assunto do tratado de fronteiras meses antes desta festa. O *Correio da Manhã* informa que no dia 10 de maio de 1909, o Centro de Acadêmicos se reuniu para discutir a questão do tratado de limites entre Brasil e Uruguai e apoiando sua execução.

Usando a palavra, o acadêmico Teixeira Mendes apresentou o seguinte projeto á consideração da casa: “Que promova o Centro uma grande passeata em honra do Uruguay; que seja enviada uma moção ao exm. sr, barão do Rio Branco, applaudindo a bella posição na presente questão; que seja pedida por intermedio do representante do Centro no Congresso, a aprovação do tratado de limites o mais breve possível e que sejam tomadas as providencias precisas para boa execução do projecto” (*Correio da Manhã*, 11/05/1909, p. 05).

Assim, existe a possibilidade que a manifestação da primavera, guarde em si também motivações políticas de seu contexto. Mostrando que os estudantes não estavam indiferentes ao que acontecia na política institucional e buscavam inserir-se nela, debatendo suas questões, colocando suas opiniões e manifestando suas ideias em pleno espaço público.

Mas voltemos à nossa questão inicial: o que essa manifestação explica sobre o desafeto dos estudantes com o comandante da Força Policial e como desencadeou a manifestação de desagrado que conhecemos. Muito bem, durante a política manifestação da primavera houve um incidente entre carroças da Força Policial e os estudantes que estavam nas ruas. As carroças da Força vinham na direção do préstimo, e não ouvindo aos pedidos para pararem - ao contrário, os condutores chicotaram mais os cavalos - as carroças foram jogadas sobre os acadêmicos. E não apenas isso, um dos estudantes chegou a ser atingido por uma chicotada. A reação dos rapazes foi denunciar a agressão sofrida à autoridade competente, o comandante da Força Policial. No quartel dos Barbonos, os estudantes foram recebidos pelo general Souza Aguiar, mas este não deu atenção às queixas dos rapazes, culpando-os por estarem na rua fazendo desordens (*Gazeta de Notícias*, 22/09/1909, p. 02 e *Jornal do Brasil*, 23/09/1909, p. 05). O general ainda teria desferido um safanão contra um dos estudantes, atirando-o

<sup>9</sup> No dia 24 de setembro de 1909, aconteceu uma festa no círculo da *Prensa de Montevideo*, em que estavam presentes estudantes e jornalistas brasileiros. Nesta ocasião, José Enrique Rodó - escritor e pensador latino-americano - discursou na recepção desta comitiva, dizendo que “teria ressaltado os bons resultados da Revisão do Tratado de Fronteiras em vias de ser assinado pelos dois países” (Napumoceno, 2015, p. 96). Elisângela da Silva Santos (2021) aponta também a presença dos estudantes nesta ocasião: “promovida por esta instituição para um grupo de estudantes e jornalistas brasileiros que levaram o busto do barão de Rio Branco, o qual foi entregue ao Ateneu uruguaio” (Santos, 2021, p. 112).

sobre um sofá próximo (*Correio da Manhã*, 22/09/1909, p. 03). Diante da dupla agressão sofrida e do descaso por parte de uma autoridade que deveria ajudá-los, os estudantes resolveram dirigir-se às redações dos jornais e à diretoria do Centro de Acadêmicos (*Correio da Manhã*, 23/09/1909, p. 01). No entanto, antes do Centro de Acadêmicos se reunirem e deliberarem o que seria feito a respeito, os estudantes haviam decidido fazer o enterro de Souza Aguiar, uma “velha desforra” (*Correio da Manhã*, 23/09/1909, p. 01).

Esses fatos dão origem a manifestação do dia 22, que terminou na tragédia que descrevemos. A reação dos populares, como já vimos, não foi a indiferença: as pessoas que assistiam à manifestação dos estudantes e presenciaram os ataques sofridos pelos rapazes, se envolveram nos protestos de indignação também sofrendo com a repressão violenta. A população, junto dos estudantes ultrajados, percorreu as ruas da cidade gritando morras à polícia e outros gritavam por justiça na porta da delegacia em que estavam os agressores. De diferentes formas o povo esteve participando dos acontecimentos, acompanhando até mesmo uma assembleia dos acadêmicos<sup>10</sup>. Não foi diferente quando cessaram os conflitos. Na manhã do dia seguinte (23), um grande número de pessoas aglomeravam-se em frente a Escola de Medicina, esperando o momento de visitar os cadáveres embalsamados<sup>11</sup>. Durante o dia, a população se dirigia em romaria para visitar as vítimas e a afluência de pessoas dentro do edifício era intensa. Coroas de flores, palmas e estandartes enviados por diferentes instituições, pessoas e entidades, enchiam o espaço onde os corpos eram visitados. A dor e indignação uniam naquele espaço fúnebre pessoas de diferentes classes sociais, como apontam os jornais: “todas as classes ali se achavam representadas, impelidas pelo mesmo sentimento, desde o operário ao capitalista, desde o comerciante ao magistrado” (*O País*, 25/09/1909, p. 03).

O enterro aconteceu no dia 24, a concorrência ainda era grande para ver os dois estudantes assassinados, na Escola de Medicina. Muitos aguardavam do lado de fora o momento da saída dos corpos para o cemitério e o comércio da cidade, tomando parte daquele luto geral que se estabeleceu, fechou suas portas. O cortejo fúnebre começou a andar por volta das 15:40 horas. A multidão seguia as carroças que levavam os dois cadáveres. A homenagem aos estudantes era composta por várias alas

<sup>10</sup> Na noite do assassinato dos estudantes, os acadêmicos se reuniram no espaço do Concerto Avenida e formaram uma assembleia, que teve algumas deliberações - entre elas a decisão de embalsamar o corpo das vítimas. Nesta reunião havia populares e uma das falas foi feita por um representante deste elemento popular, que falou sobre o procedimento da polícia (*Gazeta de Notícias*, 23/09/1909, p. 03 e *Jornal do Brasil*, 23/09/1909, p. 06).

<sup>11</sup> Foi uma decisão política dos estudantes, para que o crime não fosse esquecido tão cedo: “se tornar mais público o protesto do povo, pois os cadáveres dos colegas assassinados seriam vistos pela população desta capital, durante muitas horas” (*Gazeta de Notícias*, 23/09/1909, p.03).

com coroas de flores e grinaldas. A última ala era destinada à homenagem do povo: uma grande grinalda com 4 metros de diâmetro, escrito “Aos martyres da liberdade, covardemente assassinados pelos sicarios do general Aguiar, lembrança do povo” (*O Paiz*, 25/09/1909, p. 03). A aglomeração era tamanha que algumas pessoas treparam nos postes da Light, outros em árvores, telhados e em cima de andaimes. As janelas e sacadas estavam repletas de gente também. Na imprensa, o número de pessoas presentes era estimado entre mais de 50 mil e 70 mil pessoas, além de 200 carros e automóveis. O aspecto geral, descrito nos periódicos, era de melancolia. Na porta do cemitério São João Batista a aglomeração aumentava à medida que se aproximavam os caixões - o que aconteceu apenas às 18:40 horas. Estavam presentes associações civis e militares; representantes de autoridades; de estabelecimentos; acadêmicos do Rio e de São Paulo<sup>12</sup>; curiosos e famílias que moravam perto do cemitério (*Jornal do Brasil*, 25/09/1909, p. 05). Alguns discursos foram proferidos antes do último adeus e os túmulos estavam repletos de flores. Após enterrados, a multidão se desfez. As manifestações de pesar ainda se fizeram presentes na sucessão dos dias. A repercussão dos fatos não se limitou ao Rio de Janeiro e nem mesmo ao Brasil, sendo recebidos telegramas de condolências de diferentes estados do país e de outros países da América Latina, como Uruguai e Argentina<sup>13</sup>. Além dos telegramas, as aulas das faculdades do Rio e de outros estados foram suspensas por 8 dias<sup>14</sup>.

A repercussão também ocupou espaço nos debates da Câmara dos Deputados e no Senado. O repúdio às cenas de violência produzidas no Largo era geral e, no entanto, não era o primeiro caso de violência da Força Policial à paisana. “Já então era moda o crime de corromper os representantes da polícia, disfarçal-os, para tornal-os impunes” (*Gazeta de Notícias*, 24/09/1909, p. 02), disse o senador Rui Barbosa ao tratar de outros casos de violência produzidos pela polícia<sup>15</sup>. Um caso em especial foi amplamente citado nesses espaços e também na imprensa. Em janeiro de 1909, sob o comando do general Souza Aguiar, a sanha da polícia - devidamente fardada - encontrou suas vítimas na população

<sup>12</sup> Uma comissão de estudantes paulistas esteve no Rio de Janeiro para acompanhar os funerais.

<sup>13</sup> O Centro de Acadêmicos recebeu telegramas de diferentes lugares do país como Recife, São Paulo, Belo Horizonte, Paraíba, Curitiba, Maranhão, Santos e etc. Também foram recebidos telegramas de Montevidéu e Buenos Aires.

<sup>14</sup> A suspensão das aulas por 8 dias havia sido uma das resoluções dos estudantes na reunião que aconteceu no Concerto Avenida, na noite dos acontecimentos (*Gazeta de Notícias*, 23/09/1909, p. 03).

<sup>15</sup> Diz que agentes da polícia e guardas civis à paisana haviam ido às galerias da Câmara e ameaçado com um revólver os deputados. Cita também o caso de São João d'El-Rey, em que um jornalista foi ameaçado por um oficial do exército, que invadiu sua casa e ameaçou sua família, porque ele não quis publicar sobre a candidatura presidencial de um general (*Gazeta de Notícias*, 24/09/1909, p. 02).

que se manifestava contra uma mudança nos trajetos dos bondes da Light<sup>16</sup>, deixando alguns mortos e muitos feridos. Em nenhum dos casos citados houve punição dos culpados e esse era mais um motivo para pedirem justiça pela morte dos estudantes.

Ainda dentro dos debates sobre a polícia militar, foram apresentados no Senado e na Câmara diferentes projetos de reorganização da Força Policial. O projeto mais arrojado que destaco aqui foi apresentado pelo deputado Pedro Moacyr, que propunha a extinção da Polícia Militar. Em seu lugar seria criada uma guarda republicana aos moldes da Guarda Civil<sup>17</sup>. Esse projeto vai ao encontro dos desejos dos estudantes naquele momento - sendo possível que tenha partido de uma reivindicação dos rapazes. Uma das resoluções da reunião do Centro dos Acadêmicos, que aconteceu na manhã do dia 23 de setembro, era que enviassem aos poderes competentes uma nota manifestando o desejo de dissolução da Força Policial e a criação de outra de caráter civil. O deputado Moacyr neste mesmo dia encontrou os estudantes na Faculdade de Medicina e informou que apresentaria na Câmara um projeto de dissolução da Força Policial (*Jornal do Brasil*, 24/09/1909, p. 05). De toda forma, a proposta não foi aprovada e a *Gazeta de Notícias* até aponta que não parecia ser um projeto razoável (*Gazeta de Notícias*, 26/09/1909, p. 05.). Mas também nos mostra que o debate e desejo do fim da polícia militar não era algo recente e a ação truculenta dessa polícia já vitimava o povo.

Vemos que o caso repercutiu de diferentes formas na sociedade, suscitando uma grande passeata fúnebre; manifestações de pesar; manifestações de repúdio; debates sobre a atuação da polícia militar e impunidade de seus crimes; e o próprio funcionamento da cidade foi afetado com o fechamento dos estabelecimentos em sinal de luto. A cidade - e outros cantos do país - não pode ficar indiferente aos fatos e partilhou com os amigos e famílias das vítimas toda a dor, revolta e indignação que o caso impunha. Afinal, os próprios populares já não haviam sofrido o mesmo ou algo parecido, como vítimas da ação policial naquele mesmo ano - e em tantos outros? A truculência da polícia militar

---

<sup>16</sup> Em janeiro de 1909, a Polícia Militar produziu cenas de um verdadeiro massacre contra a população carioca que se manifestava contra uma mudança nos bondes da Light. Nesta ocasião, Souza Aguiar ainda era comandante da Força Policial e o prefeito do município do Rio de Janeiro era seu irmão (*Correio da Manhã*, 13/01/1909, p. 01).

<sup>17</sup> A Guarda Civil tinha um caráter mais brando e moderado, apaziguando os conflitos, como mostra Bretas, ao tratar do conflito dos bondes da Light em que a Polícia Militar usava da violência contra o povo e a Guarda Civil usava as “palavras e boas maneiras” (Bretas, 1997, p. 56). No caso dos estudantes vemos algo parecido: “A brutalidade feroz da polícia militar fez um contraste violento à prudência, às boas maneiras da guarda civil” (*Gazeta de Notícias*, 23/09/1909, p. 03).

não era uma novidade e entre otimistas e pessimistas quanto a punição dos culpados<sup>18</sup>, esperava-se o desenrolar dos inquéritos.

Os soldados da Força Policial à paisana que produziram as cenas de brutalidade no Largo de São Francisco de Paula, agiram em reação à decisão dos estudantes de fazer o enterro de seu comandante, isso estava claro. A grande questão que pairava no ar era: quem teria mandado assassinar os acadêmicos? Era pouco crível que os soldados tivessem se organizado espontaneamente para cometer tal ato. Essa pergunta também levava a indagar quem havia ordenado a saída dos piquetes da Força Policial, uma vez que estavam proibidos de sair às ruas? Para algumas pessoas, estava claro que o general Souza Aguiar estava por trás dos tristes acontecimentos<sup>19</sup>, de forma direta ou não<sup>20</sup>. No mesmo dia dos acontecimentos, dois inquéritos foram instaurados, um civil e um militar. O inquérito militar se debruçou sobre irregularidades nos quartéis e o inquérito civil buscou investigar os envolvidos no caso, a fim de identificar os mandantes do crime. As testemunhas e os próprios soldados presos foram ouvidos no dia 22 e nos dias que se seguiram. Os jornais publicaram os depoimentos prestados durante todos os dias e os avanços do inquérito.

Dois depoimentos foram fundamentais para entender e identificar os mandantes. São os do alferes Cesar Barrão, que comandou um dos piquetes que reprimiu a população do Largo de São Francisco e do 2º sargento José Antonio dos Passos Gouvêa, que estava na reserva no dia dos acontecimentos. Cesar Barrão diz ter recebido ordens do Tenente Aurelio Lins Wanderley, que no dia estava como capitão-ajudante, de ir ao Largo com o piquete. A orientação era: “que metesse o pão e cuidado com os que estão á paizana” (*O Paiz*, 26/09/1909, p. 03). As ordens também foram escutadas por Passos Gouvêa, sendo as orientações de Wanderley que “Quebrem o caixão onde quer que o encontrem e metam a espada” (*Jornal do Brasil*, 26/09/1909, p. 05). Naquele mesmo dia, um pouco

---

<sup>18</sup> A maior parte dos periódicos demonstram esperar que a justiça fosse feita neste caso. No entanto, a *Gazeta de Notícias* se mostra um tanto mais pessimista quanto ao desfecho do caso, publicando poucos dias após os acontecimentos que o caso terminaria apenas com a condenação dos assassinos e não de seus mandantes. A verdade escaparia às autoridades (*Gazeta de Notícias*, 25/09/1909, p. 03 e *Gazeta de Notícias*, 26/09/1909, p. 05).

<sup>19</sup> A *Gazeta de Notícias* publica que na sessão do dia 24 da Câmara de S. Paulo, o deputado Pedro Toledo comentou sobre os acontecimentos, apontando que entre os autores e responsáveis estava o general Souza Aguiar. (*Gazeta de Notícias*, 25/09/1909, p. 03). Já em Belo Horizonte, o mesmo jornal informa: “E’ unanime a opinião do povo de Minas que o unico responsável pelos covardes assassinatos é o general Souza Aguiar, cujo nome é execrado por toda a população” (*Gazeta de Notícias*, 26/09/1909, p. 05).

<sup>20</sup> Não encontramos nos periódicos analisados nada sobre a culpabilidade direta do general, que não foi levado a julgamento. O próprio Souza Aguiar pediu que fosse investigado pelos seus pares em um inquérito policial militar, um conselho de guerra feito por oficiais do Exército. A culpa do general como mandante do crime não aparece nos periódicos, mas alguns o colocam como responsável por não ter impedido os fatos, ou por sua disposição de ânimos ser responsável por provocar um desejo de desagravo entre seus comandados.

mais tarde, Gouvêa diz ter escutado alguns oficiais (um tenente, sargentos e cabos) contando vantagens de ter dado bengaladas no Largo de São Francisco de Paula.

Poucos dias depois desses depoimentos, os 5 soldados presos - depois de expulsos da corporação - decidiram revelar as ordens recebidas. Informaram que no dia dos fatos, foram chamados a vestirem-se à paisana e receberam a seguinte ordem de Wanderley: “vocês vão para o largo de São Francisco, e esperem os estudantes, que estão fazendo uma scena, que não agrada ao general. Escangalhem aquillo tudo e mettam-lhes o pão” (*Gazeta de Notícias*, 28/09/1909, p. 01). Quando questionado se deveriam agir apenas a pau, Wanderley respondeu que reagissem também à fogo, pois essa era a ordem do general<sup>21</sup>. Caso fossem presos, deveriam negar a qualidade de soldados, pois ele providenciaria a liberdade de todos. Ao chegar no Largo, os soldados disseram que encontraram outros oficiais também à paisana que lhes orientavam, entre eles o tenente Arlindo Freire, também apontado como um dos mandantes<sup>22</sup>. Assim, além dos nomes dos mandantes, foram identificados outros elementos que serviram de cúmplices no crime, sendo eles sargentos, cabos e anspeçadas. As testemunhas terminaram de ser ouvidas, mas não sem a ocorrência de uma tentativa de impedir que os trabalhos prosseguissem. Já caminhando para o fim dos inquéritos, algumas pessoas que haviam prestado depoimentos receberam cartas anônimas com ameaças: “caso persistissem nas suas afirmações, teriam a mesma sorte dos acadêmicos Guimarães e Junqueira” (*Jornal do Brasil*, 30/09/1909, p. 06)<sup>23</sup>. Tais ameaças foram informadas às autoridades, mas não são divulgadas apurações de sua autoria.

Com as responsabilidades apuradas, faltava apenas que os acusados fossem levados a julgamento. Mas isso não aconteceu tão cedo. Apenas no dia 12 de setembro de 1910, quase um ano depois dos acontecimentos, é que foi possível iniciar o julgamento dos mandantes e cúmplices. A demora não é bem explicada nos periódicos, mas apontam um repetido adiamento do julgamento, sendo esta a quarta tentativa de iniciar os trabalhos<sup>24</sup>. Nesta sessão, houve novas tentativas de

---

<sup>21</sup> Mesmo que muitas partes dos depoimentos coloquem o General Souza Aguiar como um dos responsáveis pelo crime, ele não é considerado um dos mandantes e nem mesmo vai a julgamento. Sua investigação se deu por um conselho de guerra, cujo resultado não foi localizado durante a pesquisa.

<sup>22</sup> Os depoimentos apontam que além de dar ordens no Largo, Arlindo Freire teria ido à uma caixa de avisos policiais, para pedir que reforços fossem enviados ao Largo - o que explica os piquetes que aparecem no local. O acesso a essa Caixa era restrito a quem tivesse sua chave. Os depoimentos afirmam que Arlindo teria recebido de Wanderley essa chave.

<sup>23</sup> O acadêmico Julio de Vasconcellos teria recebido uma carta ameaçando-o de morte e assinada por S.M. A carta teria sido enviada para o acadêmico por ele ter reconhecido um dos assassinos (*Correio da Manhã*, 30/09/1909, p. 03).

<sup>24</sup> A primeira foi porque não havia o número legal de jurados; a segunda porque os advogados da defesa não compareceram e a terceira por terem estes conseguindo “arrebentar a urna” (*Jornal do Brasil*, 13/09/1910, p. 06).

inviabilizar a formação do conselho de sentença - e assim suspender os trabalhos. “Cada um dos defensores aceita o jurado sorteado para um ou mais de seus constituintes e não aceita para outros” (*O Paiz*, 13/09/1910, p. 03), assim a defesa tentava inviabilizar o número mínimo de jurados para o início dos trabalhos. No entanto, a promotoria pública, atenta, recusava apenas os jurados já recusados pela defesa. Assim, o júri pôde ser formado.

Essa tentativa de impedir o julgamento de todos apenas resultou no adiamento do julgamento do tenente Arlindo Freire. A sessão foi aberta, mas logo uma nova interrupção se impunha: o tenente Wanderley não estava presente. Foi preciso notificar o ministro da Justiça, ministro da Guerra e até mesmo o presidente da República para que o acusado comparecesse. Wanderley estava no Hospital Militar, mas os médicos afirmavam que ele apenas tinha abatimento moral e físico, o que não o impedia de comparecer ao júri (*Gazeta de Notícias*, 13/09/1910, p. 01). O tenente chegou apenas depois das 17 horas da tarde e a sessão pode enfim prosseguir. Os réus foram interrogados e em seguida o promotor público leu o processo madrugada adentro, terminando a leitura às 3 horas da manhã. Nos dias que se seguiram, acusação e defesa faziam suas falas, discutiam os fatos a partir do inquérito policial e dos depoimentos prestados. Também foram ouvidas novamente as testemunhas. Entre elas, o sargento Passos Gouveia e do alferes Cesar Barrão, que confirmaram ter escutado entre outras ordens de Wanderley a de: “metter a espada, quebrar o caixão e dissolver o prestito” (*O Paiz*, 15/09/1910, p. 05). A defesa, por sua vez, tentava de toda forma atacar o processo e as testemunhas<sup>25</sup>, desmoralizando-os para que fossem desconsiderados. Os ataques da defesa também são direcionados à polícia civil, aos estudantes e à imprensa. Mas engana-se quem pensa que esses ataques foram recebidos serenamente: protestos soavam da assistência, gritos indignados que fizeram o Juiz da sessão soar a campainha para acalmar os ânimos algumas vezes. A imprensa é acusada por esses advogados de ter inflamado a opinião pública, de alterar os fatos e dar notícias desfavoráveis aos acusados<sup>26</sup>: “O Sr. Caio ataca o serviço de informação criminal da imprensa, serviço pernicioso e máo [...] o mais amavel dos nomes que dá á imprensa é o de ‘intoxicação quotidiana’” (*Gazeta de Notícias*, 14/09/1910, p. 02). Já a acusação buscava demonstrar a participação dos acusados no crime, explicando os autores intelectuais, autores materiais e cúmplices. Além disso, desmentiam o argumento sustentado pela defesa de que a Força

<sup>25</sup> O advogado Nicanor descredibiliza o depoimento de Cesar Barrão, afirmando que a testemunha não teria imputabilidade moral pois ele havia tido um caso com uma mulher casada, que veio a ser assassinada pelo marido: “E’ um seductor, um homem que tirou uma mulher do lar e deixou-a ser assassinada covardamente, estando elle presente” (*Correio da Manhã*, 15/09/1910, p.01). O depoimento de Passos Gouveia também foi atacado e descredibilizado pela defesa.

<sup>26</sup> Os principais advogados que mobilizaram esse argumento eram Deocleciano Martyr, Nicanor do Nascimento e Caio Monteiro de Barros.

Policial havia sido feita de turba, ou seja, multidão desordenada. Nas palavras do advogado Evaristo de Moraes, não podia ser a Força Policial uma turba, pois era uma congregação organizada, apesar de mal organizada<sup>27</sup>. A tentativa da defesa era de enquadrar o caso em um crime de multidão, em que as coisas acontecem de forma espontânea, sem premeditação.

Depois dos debates, foi entregue ao conselho de sentença 316 quesitos que deveriam ser respondidos, pois seriam a base da sentença de cada acusado. Os jurados ficaram incomunicáveis na sala secreta até que cumprissem a tarefa. Enquanto isso a população ali presente fazia conjecturas, previsões e apostas de qual seria o veredito. Aliás, é preciso dizer que a população esteve presente em peso nos quatro dias de julgamento, sendo descrito pelos jornais um grande entra e sai de pessoas que se espremiam, se empurravam e formavam tumultos. “As janellas estavam tomadas pelos curiosos que, fazendo verdadeiros exercícios de acrobacia, dalli assistiam ao julgamento. Era totalmente impossível o transito no tribunal” (*Jornal do Brasil*, 14/09/1910, p. 06). A *Gazeta de Notícias*, ao tratar da limpeza nos banheiros do júri, nos dá um número aproximado de pessoas que estiveram ali, informando que até a manhã do segundo dia de julgamento 3 mil pessoas haviam passado pelo banheiro. As galerias ficavam lotadas durante os trabalhos, mas não se esvaziavam nos momentos de descanso, pois alguns populares e estudantes dormiam no recinto devido ao avançado da hora em que terminavam as sessões. Na madrugada em que os jurados responderam os quesitos, muitos ficaram acordados no recinto, esperando o veredito. Outros dormiam nos mais variados espaços: cadeiras; sofás; janelas; no chão, coberto de jornais; na sala do promotor e no espaço destinado à imprensa (*Correio da Manhã*, 16/09/1909, p. 01)<sup>28</sup>.

Havia grande ansiedade para a resolução dos jurados e os boatos que corriam eram aterrorizantes. Dizia-se que o tribunal seria atacado caso o tenente Wanderley fosse condenando<sup>29</sup> e com o passar das horas, a atmosfera de terror se intensificava. A preocupação tornou-se tamanha que os boatos chegaram aos Ministros da Justiça e da Guerra, tendo este último ido pessoalmente ao tribunal. Ficou assegurado que naquela tarde o Chefe de Polícia, Leoni Ramos, e o Comandante da 1º

<sup>27</sup> “Não! Uma congregação não é turba. Não acertou, pois, a defesa em dizer que a Força era uma turba irresponsável. [...] Era uma corporação organizada, embora... mal organizada, ou melhor: completamente desorganizada naquela época” (*Correio da Manhã*, 15/09/1910, p. 01).

<sup>28</sup> Chegando perto do momento das sentenças, boa parte dos estudantes se retiraram do recinto, por recomendação do advogado Theodoro de Magalhães, para que quaisquer incidentes não lhes fossem atribuídos. Aguardam na sede do Centro de Acadêmicos, ficando apenas os acadêmicos membros da comissão que acompanhou todo o processo.

<sup>29</sup> No momento em que os jurados estavam na sala secreta, incomunicáveis, respondendo aos quesitos da sentença, comentava-se que um capitão havia aparecido na janela da sala onde estavam, amedrontando-os. Foi explicado ao juiz que o capitão em questão agiu assim por não conhecer o local (*Gazeta de Notícias*, 16/09/1910, p. 02).

brigada estratégica, Mena Barreto, estariam presentes no júri até que se encerrasse os trabalhos. Além disso, forças do Exército e da Guarda Civil foram orientadas a estar de prontidão no momento do veredito. A preocupação também chegou nos jurados, que enquanto respondiam aos quesitos pediram ao juiz garantias. Por volta das 22:15 horas as sentenças foram proferidas. A notícia de que os jurados enfim haviam terminado o trabalho causou grande alvoroço na assistência, que se mantinha ansiosa pelo veredito. Houve silêncio no recinto durante a leitura das respostas e da sentença do juiz.

Foram condenados dois dos soldados presos no Largo de São Francisco de Paula, à pena máxima de 30 anos de prisão; três cabos e um anspeçada, acusados de cúmplices, foram condenados a 17 anos de prisão; um sargento foi condenado a 10 anos de prisão; e o mandante do crime, tenente Wanderley, foi condenado a 30 anos de prisão, sentença máxima. Dos absolvidos, apenas dois sargentos<sup>30</sup>. Os advogados da defesa protestaram e os absolvidos - com suas famílias - choravam de alívio. Logo, o juiz encerrou os trabalhos e os presentes se retiraram com calma. Apenas os soldados condenados foram levados para a Casa de Detenção, Wanderley teve como destino o quartel general do Exército e os demais o quartel general da Força Policial<sup>31</sup>.

Havia chegado ao fim o julgamento dos réus no caso dos estudantes, após 82 horas de trabalho. Diferente de outros casos, em que a impunidade era quase regra nos crimes cometidos por membros da polícia, esse havia condenado tanto os executores, como os mandantes e cúmplices. Parecia que não se cumpriria as previsões feitas pela *Gazeta de Notícias*, poucos dias após o crime, sobre a impunidade dos mandantes:

Pode-se ter como certo que o inquérito durará o tempo necessário para acalmar a efervescência popular; mas depois acabará pela simples condenação dos instrumentos dos assassinos. Os verdadeiros assassinos ficarão impunes. Esperem um pouquinho - e verão... (*Gazeta de Notícias*, 25/09/1909, p. 03).

A decisão da justiça parecia ser mais animadora do que se esperava. O *Correio da Manhã* publicou que o julgamento havia restituído um respeito que o júri popular havia perdido outrora em outros processos e que deveria servir de exemplo para que se estabelecesse uma confiança nos tribunais (*Correio da Manhã*, 17/09/1910, p. 01).

<sup>30</sup> Faltavam ser julgados: José Lima Leal, o “Bacurá”; Terencio Antonio dos Santos, o “Bexiga”; Joaquim Mathias dos Santos e o tenente Arlindo Francisco Freire.

<sup>31</sup> Belisario Henrique da Costa e Augusto Barbosa dos Santos foram para a Casa de Detenção (*Gazeta de Notícias*, 16/09/1909, p. 02) e uma possível explicação para isso é porque anteriormente foram expulsos da Força Policial, tornando-se assim civis. Wanderley, teria sido levado dali ao Hospital Militar (*Jornal do Brasil*, 16/09/1909, p. 06).

Mas não se tratava de um desfecho definitivo, pois os réus poderiam recorrer das sentenças. E foi o que aconteceu. O ano de 1911 começou com um novo julgamento em curso. Em 02 de janeiro a sessão foi aberta e só seria finalizada no dia 06 do mesmo mês<sup>32</sup>. Apesar da maioria dos advogados terem se mantido, algumas mudanças eram observadas: juiz, promotor público e o júri não eram os mesmos. Também havia mudado a defesa de Wanderley, que agora era feita por um advogado que há muito tempo não pisava na tribuna - Francisco de Castro Jr (Moraes, 1922, p. 207). Essa mudança tinha por trás os interesses de um grupo muito maior, fato este que foi até mesmo explicitado durante os debates do julgamento. Francisco de Castro Jr. não havia sido contratado por Wanderley e sim pelo Clube Militar<sup>33</sup>, que no período entre os dois julgamentos se reuniu e passou a pleitear a absolvição deste réu<sup>34</sup>. Os interesses de toda uma classe pareciam estar em jogo agora e o empenho deste advogado para cumprir a tarefa que foi designado, não era pouco<sup>35</sup>.

Argumentos muito semelhantes aos mobilizados no primeiro julgamento reapareceram neste e foram discutidos. Mas agora, a defesa de Wanderley se empenhava na argumentação de que suas ordens foram excedidas pelos soldados. Ou seja, mandou dispersar os estudantes, mas não os matar. Se tinha culpa, era apenas nos ferimentos e não nas mortes. Aliás, o empenho já não era apenas da defesa de Wanderley, mas de outros advogados, que em suas falas corroboravam com essas argumentações. Absolver o tal tenente parecia ser um esforço geral e isso pode ser explicado pelas referências que alguns periódicos fazem, ainda em 1909, de que Wanderley seria um parente próximo do general Souza Aguiar<sup>36</sup>. Além disso, tudo indica que sua condenação era algo caro às forças armadas, que até aquele momento haviam se habituado à impunidade.

---

<sup>32</sup> Houve outras 5 tentativas de formação do júri, mas sem sucesso. Um dos motivos era a dificuldade de obter o número de jurados, que não queriam entrar em um ano novo no trabalho de um julgamento tão importante e em um tribunal que não lhes ofereciam o menor conforto e higiene.

<sup>33</sup> Entidade militar fundada em 26 de julho de 1887 com objetivos de: “estreitar os laços de união e solidariedade entre os oficiais das forças armadas” e “defender os interesses dos sócios e pugnar por medidas acauteladoras dos seus direitos” (Lamarão e Montalvão, 2010, não paginado).

<sup>34</sup> No dia 03 de outubro de 1910, alguns dias após as sentenças, o *Correio da Manhã* publicou sobre uma reunião do Clube Militar, em que seus membros discutiam a sentença de Wanderley e o direito que tinham de intervir a fim de que seu associado fosse absolvido. Entre as justificativas estava que o verdadeiro culpado era o Chefe de Polícia que havia permitido a manifestação dos estudantes acontecer, assim como uma suposta pressão que havia sido exercida sob o júri (*Correio da Manhã*, 03/10/1910, p. 01).

<sup>35</sup> Francisco de Castro chegou a propor ao advogado de acusação Evaristo de Moraes que os dois dividissem o pagamento que receberia do Clube Militar pela defesa de Wanderley, se Evaristo concordasse em se ausentar no júri, desistindo do caso (Moraes, 1922, p. 208-209).

<sup>36</sup> Segundo o *Jornal do Brasil*, sabia-se que Wanderley era sobrinho de Souza Aguiar (*Jornal do Brasil*, 26/09/1909, p. 05).

Neste julgamento, foram novamente citados os jornais na tribuna. Durante sua defesa, Francisco de Castro leu notícias publicadas nos jornais matutinos, em que os fatos eram descritos. Ainda pediu que a imprensa ali presente publicasse sem paixões o que havia sido a defesa de Wanderley. Em outra sessão do júri, usa seu momento de fala para agradecer à mesma imprensa o acolhimento de seu pedido. Tal pedido também integrava os esforços da defesa de livrar Wanderley de sua condenação, pois pedir o que fosse publicado nos periódicos era uma maneira de tentar virar a opinião pública em favor deste réu<sup>37</sup>.

Além da tentativa de descredibilizar o processo e os depoimentos, neste julgamento a defesa também tentou invalidar as sentenças anteriormente proferidas. O argumento mobilizado para isso era que o primeiro júri havia funcionado sob pressão e terror, sendo este o motivo das condenações dos acusados. E o principal responsável por essa pressão, segundo Francisco de Castro, havia sido o Centro de Acadêmicos, pois teriam espalhado um boletim declarando que exigiam o funcionamento do júri (*Correio da Manhã*, 04/01/1911, p. 03).

O aspecto do tribunal neste julgamento mudou drasticamente: funcionou quase todos os dias apenas com os funcionários do tribunal, agentes da polícia e guardas civis. A assistência, quando aparecia, era em número ínfimo, não chegando a encher o recinto. As galerias e o pátio ficavam vazios. A *Gazeta de Notícias* publicou que o aspecto do tribunal era de um julgamento comum, nada se parecendo com o processo dos acadêmicos assassinados (*Gazeta de Notícias*, 03/01/1911, p. 01). Apenas no último dia de trabalhos do júri, quando as sentenças seriam proferidas, o número de curiosos foi suficiente para encher o recinto. Os trabalhos do júri foram mais longos, desta vez, 108 horas consecutivas - quatro dias e meio. Na noite do último dia de julgamento, os jurados saíram da sala secreta, entregaram os quesitos ao juiz e logo as sentenças foram proferidas. O resultado foi a condenação de quatro soldados presos no Largo de São Francisco de Paula, com penas que variaram entre 24 e 30 anos de prisão. Todos os outros acusados foram absolvidos, cabos, um sargento, um soldado (também preso no largo) e os tenentes Arlindo Freire e Wanderley. Esses dois últimos, absolvidos por unanimidade de votos.

Os esforços de livrar Wanderley da prisão surtiram efeito e ainda beneficiaram outros acusados. No fim, o caso teve o desfecho de tantos outros de impunidade dos crimes cometidos pela polícia, e

---

<sup>37</sup> A imprensa havia sido acusada no julgamento anterior, pela defesa, de influir na opinião pública quanto à imagem dos réus. De certa forma, neste julgamento a defesa parece tentar usar da imprensa para benefício de sua causa.

os avisos da *Gazeta de Notícias* vieram a se cumprir: “mas depois acabará pela simples condenação dos instrumentos dos assassinos. Os verdadeiros assassinos ficarão impunes. Esperem um pouquinho - e verão...” (*Gazeta de Notícias*, 25/09/1909, p. 03).

### **Repressão, cidadania, e participação da imprensa no caso.**

A imprensa tem um importante papel no caso, não apenas como espectadora ou transmissora das informações, mas como um ator ativo no desenrolar dos fatos. Antes de desenvolver essa primeira afirmação, é preciso situar a imprensa em seu contexto histórico. Na virada do século, parte da imprensa passou a ter características de empresa, passando de uma produção artesanal para uma produção industrial. O uso de um maquinário que permite impressões mais rápidas e em maior quantidade; e a divisão do trabalho dentro das oficinas são duas importantes características dessa nova imprensa (Luca, 2013, p. 149)<sup>38</sup>. Tais mudanças se deram sobretudo nas grandes cidades<sup>39</sup>, onde a modernização se operava em diferentes frentes. O Rio de Janeiro, capital de uma República recém proclamada passava por diversas mudanças - político, social e econômico - entre elas as principais são a própria Proclamação da República e o fim da escravidão. O país ia se inserindo na divisão internacional do trabalho e aos poucos ganhava espaço no capitalismo mundial (Barbosa, 2000, p. 22). O cenário da modernização da imprensa é um cenário urbano de intensas transformações também modernizadoras.

Essa nova forma de fazer jornalismo não se restringe a mudanças estruturais e materiais, mas mudou a própria forma de construção das publicações. Diferentes tipos de assuntos ganhavam espaço agora nas notícias, dentre eles está o tipo em que se enquadra as publicações sobre o caso dos estudantes: as notícias policiais. E isso para atingir um grande número de leitores (Barbosa, 2000, p. 24-25) - afinal como toda empresa, a imprensa também visava lucros. Mas além de uma instituição privada, a imprensa desse período também possui uma feição pública, como “intermediárias entre os cidadãos e os governantes” (Capelato, 2015, p. 123). Quando os estudantes foram injuriados pelo general Souza Aguiar, um dos lugares em que eles vão se queixar são as redações desses jornais.

<sup>38</sup> É também dentro deste quadro de transformações na imprensa como empresa, que surge a profissão de repórter no final do século XIX. Antes disso, as notícias chegavam aos escritórios de forma voluntária ou por informantes (Nery, 2022).

<sup>39</sup> Nas cidades, o fazer jornalístico já não é possível ser pensado como empreendimento individual, mas permanece assim nos interiores (Sodré, 1999, p. 275).

É essa imprensa que noticia os fatos no caso dos estudantes. Tendo ela seus interesses privados e públicos, não deve ser encarada como uma organização neutra. Os periódicos - as pessoas que neles trabalham - constroem as notícias a partir de seus interesses, propósitos, posições políticas e etc<sup>40</sup>. Encontramos um exemplo disso no próprio caso dos estudantes, na relação entre *Correio da Manhã* e os acadêmicos. No ano em que esta folha foi criada, os estudantes foram à sua redação levar um presente ao redator-chefe, Edmundo Bittencourt: o mimo simbólico, como é chamado pelo jornal, tratava-se de nada menos do que uma pena de ouro cravejada de rubis e brilhantes. “Era oferecido para que com elle o nosso chefe continuasse a defender os idéas da mocidade a pugnar pelos direitos do povo e pela honra da Republica” (*Correio da Manhã*, 23/09/1909, p. 01). O jornal continua a sua narrativa sobre os acontecimentos no Largo de São Francisco de Paula e afirma: “Ah! mocidade patricia! Por esse lado, podes socegar! Podes chorar os teus companheiros ceifados na mais rutila florescencia da vida pela céga estupidez de uma faca assassina. O *Correio da Manhã* é hoje o que foi hontem.” (*Correio da Manhã*, 23/09/1909, p. 01). Assim, fica claro que seu lado é o dos estudantes e esta afinidade e proximidade entre os dois é um dos fatores que pode explicar a interpretação que a folha dá a responsabilidade dos acontecimentos: aponta que a culpa recai sobre todo o grupo militar, enquanto instituição. Outra explicação que ajuda a compor as possíveis motivações dessa interpretação do *Correio da Manhã* são suas afinidades políticas. Este jornal era oposição à campanha militarista de Hermes da Fonseca, na eleição de 1910<sup>41</sup>.

Mas esse é apenas um dos exemplos que podemos notar no caso dos estudantes, em que fica claro que cada jornal constrói as notícias a seu modo e não sem motivações. Na cobertura que os periódicos fazem sobre o caso há também especificidades na forma e conteúdo das notícias. Observamos que o *Correio da Manhã* se caracteriza por uma forma detalhista e descritiva de abordar os fatos, muitas vezes apelando para a emoção do leitor, com cenas comoventes. Um exemplo, é quando narra o encontro do avô do acadêmico Guimarães com o cadáver de seu neto: publica que o ancião de andar oscilante e trêmulo, chamava o seu neto querido, em pranto. Outro periódico que também

<sup>40</sup> A objetividade das notícias e do fazer do jornalista, característica que reclamam para si, na verdade se trata de uma técnica de manipular o leitor, muitas vezes de forma oculta: os critérios de seleção e ordenação das notícias não ficam claros ao leitor. O fato, que é uma construção do jornalista-reporter, sofre interferências tanto de sua subjetividade, quanto dos interesses de seu jornal (Capelato, 2003).

<sup>41</sup> A Primavera de Sangue foi analisada dentro dos acontecimentos da eleição de 1910 no livro *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*, de Vera Borges. A autora se refere ao caso como “exemplo expressivo do militarismo” (Borges, 2011, p. 238). Aliás, a autora desenvolveu também pesquisa pioneira sobre o tema, como se pode observar no artigo: BORGES, Vera Lúcia Bogéa. A Primavera de Sangue: a cidade do Rio de Janeiro na batalha eleitoral de 1910. *Dimensões*, vol. 27, 2011, p. 115-128. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2586/2082>. Acesso em: 12 ago. 2024.

produz uma cobertura que se caracteriza pelos detalhes e descritividade é a *Gazeta de Notícias*. Constrói as notícias sobre o caso com recursos que se assemelha aos de um texto literário: reproduz diálogos e falas dos presentes, atribui adjetivos e emoções às pessoas ou situações enquanto narra os acontecimentos e, por vezes, se assemelha a um narrador onisciente, que nos informa sobre as sensações ou os pensamentos das pessoas. Um exemplo, é quando afirma que, um dos assassinos ao ser preso, teria se julgado perdido.

Já o *Jornal do Brasil*, apesar de apresentar uma narrativa descriptiva, não é detalhista quanto a *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã*. Observamos isso, por exemplo, ao comparar o que o *Jornal do Brasil* e a *Gazeta* publicam sobre um mesmo episódio: o conflito que se deu entre a Força Policial e os estudantes, quando estes retornavam do Palácio do Catete, no dia dos assassinatos. O *Jornal do Brasil* informa a chegada dos estudantes à rua onde tudo aconteceu e descreve a reação de surpresa dos rapazes com o ataque brutal, em que lançavam contra eles tiros e outros elementos. Em seguida, nos informa sobre o aparecimento da Guarda Civil, sua tentativa de apaziguar a situação, e a ordem dada pelo capitão Brilhante para que a Força atirasse contra os estudantes. Os fatos são descritos e não apenas citados por alto, ou resumidos. No entanto, na cobertura da *Gazeta* sobre este mesmo acontecimento é somado à descritividade de como as coisas aconteceram, detalhes, sobretudo no que se refere à figura do Capitão Brilhante. Informa o que o referido capitão estava vestindo, a cor de seu fardamento e o estado de higiene desta roupa. Detalhes de seus pequenos gestos, como colocar as mãos nos bolsos e desabotoar a túnica, também aparecem neste trecho. Além disso, informa suas expressões: escárnio, risonho e desenvolto. Estes detalhes constroem na imaginação do leitor uma cena mais viva do que teria se passado naquele momento. Já a cobertura produzida pelo jornal *O País* difere dos demais por adotar narrativas sucintas, menos descriptivas e mais diretas. Ao compararmos como este jornal narra o acontecimento citado, observamos o jornal apenas informa que em frente à garagem da Força Policial, guardas da polícia que ali davam serviço, auxiliado por oficiais - entre eles o capitão Brilhante - investiu contra os estudantes com coices de armas e baioneta, causando um conflito e a dispersão dos moços. Apenas isso é informado sobre este fato.

As interpretações que os periódicos mobilizam sobre os fatos, muitas vezes diferem entre si. Aqui destaco as interpretações do *Correio da Manhã* e d'*O País*<sup>42</sup>, que são mais expressivas e opostas entre si. O *Correio da Manhã* atribui os tristes acontecimentos a uma suposta natureza dos militares, que

<sup>42</sup> Os dois são fortes opositores entre si neste período (Barbosa, 2000, p. 158-172).

seriam naturalmente suscetíveis à violência. Já a narrativa d'*O Paiz*, afirma ainda nas primeiras notícias que a responsabilidade era toda individual e não dos militares como conjunto. Além disso, este jornal produz críticas à manifestação que simulou o enterro do general Souza Aguiar, quase atribuindo aos estudantes uma responsabilidade pelos acontecimentos. A oposição do *Correio* à campanha militarista e o apoio d'*O Paiz*, ajudam a explicar tais interpretações, tendo este primeiro feito reflexões sobre os perigos de um presidente militar, ao discutir o caso dos estudantes. Tais posicionamentos políticos também podem estar ligados a benefícios que seus donos recebiam. Barbosa (2000, p. 165) diz que *O Paiz*, denuncia o fato do posicionamento do *Correio da Manhã* sobre seu apoio a Rui Barbosa, depois de tanta demora, se definiu pelo fato do jornal ter recebido 10 mil contos do governo de São Paulo e 3 mil do governo da Bahia.

Já as características de escolhas narrativas de cada jornal, são elementos que cumprem a função de empolgar e envolver o leitor nas notícias, assim aumentando suas chances de venda. Tais construções das notícias, que podem ou não influir de alguma forma nos seus leitores, é uma forma pela qual essa imprensa - agora empresa - pode interferir ativamente no caso. Nos dois julgamentos além dos jornais estarem presentes para noticiar os fatos, estavam nas discussões da tribuna. Vimos que os advogados da defesa, Caio Monteiro de Barros e Francisco de Castro Jr., tratam das notícias da imprensa na tribuna como parte de suas defesas. Para eles, a imprensa tinha alterado os fatos, sido injusta com os acusados e excitado a opinião pública. Usando dessa lógica é que Francisco de Castro, no segundo julgamento, faz pedidos à imprensa: se a imprensa mexia com a opinião das pessoas, então era melhor que fosse a favor de seu constituinte.

Assim, os jornais empresariais desse período não são apenas reprodutores de fatos, mas sim construtores de discursos. E esses discursos não são neutros. Como vimos, o *Correio da Manhã* tinha suas motivações políticas e pessoais para defender a causa dos estudantes e nessa empreitada até produz uma discussão com um dos advogados da defesa, ou melhor, o principal advogado da defesa naquele momento: Nicanor, que defendia Wanderley em 1910. O tal advogado - segundo o próprio jornal em sua publicação - teria criticado o periódico e como resposta, uma sessão foi publicada separadamente para rebater e devolver as críticas à Nicanor. Dentre os amáveis nomes que a folha atribui ao advogado estão: moleque, cafajeste e afeminado. Além de ser descrito como sujeito de denguezes que ninguém leva a sério (*Correio da Manhã*, 15/09/0910, p. 01 e 02). Mas isso não era um fato isolado motivado por essa suposta desavença. O *Correio da Manhã*, outras vezes havia criticado a própria defesa de Nicanor, qualificando sua postura no tribunal como a de um macaco em casa de

louça: “Durante os debates, Nicanor faz poses [...] perturba os oradores, atrapalha os próprios colegas de defesa, prestando-se ao triste papel de macaco em casa de louça...” (*Correio da Manhã*, 14/09/1910, p. 01). Esta forma de se referir ao advogado, desqualificando e ironizando-o, que caracteriza a cobertura do *Correio da Manhã*, não é resultado do acaso e sim de uma escolha. A imprensa constrói discursos, que não apenas influem nos fatos, mas produzem também a realidade material (Williams, 2011).

Meu último apontamento sobre a participação da imprensa no caso se refere à sua relação com o povo. A baixa participação da população no segundo julgamento, em 1911, também pode estar relacionada à cobertura da imprensa. E vice-versa. No segundo julgamento, além de um menor número de pessoas presente nos trabalhos, a cobertura dos jornais também diminui, em alguns casos passam a mudar as páginas onde costumavam aparecer<sup>43</sup>. É bem possível que exista uma ligação entre esses dois fatos, mas não do tipo: “porque o jornal passou a publicar menos sobre o caso, a população se desengajou”. Não, dessa forma estariamos assumindo que a população não tem seus próprios interesses e apenas é influenciada. Já vimos que não se trata disso. Mas sim uma relação dialética, em que jornal e povo exercem influências recíprocas. Não faria sentido aos periódicos publicarem notícias extensas em suas manchetes sobre um caso que já não mobilizava tanto as pessoas. Ao passo que as pessoas, ao verem que as informações já não lhes saltavam os olhos nas folhas, poderiam também se desmotivar em acompanhar os trabalhos do júri. Somamos isso a outros aspectos do contexto, que ajudam a completar este quadro que estamos delineando: tratava-se de um novo julgamento de membros da Força Policial durante o governo de um militar, Hermes da Fonseca. Também é preciso considerar os interesses econômicos dos jornais, uma vez que ainda dependiam das benesses destinadas pelo poder público (Barbosa, 2007, p. 48) - comandando neste momento por um militar. E não apenas isso, o país estava sob estado de sítio e não vamos esquecer que quem entrevistou para que esse segundo julgamento ocorresse foi o Clube Militar. A relação dialética entre povo e imprensa é também citada na fala do advogado de defesa Caio Monteiro de Barros: “A imprensa foi ludibriada pela opinião pública, diz que a opinião pública se irritou influenciada exclusivamente pela imprensa” (*O Paiz*, 14/09/1910, p. 03).

A participação do povo nos acontecimentos é outro aspecto a ser analisado no caso. Pensar em um povo politizado, para nós, passa muitas vezes pela ideia de uma população que se engaja na

<sup>43</sup> No *Correio da Manhã*, as publicações que apareciam na primeira página, passaram a ocupar a segunda página em diante.

escolha de seus representantes e não abre mão do voto como direito e forma de participação na sociedade. Mas nos primeiros anos da República no Brasil, as coisas não funcionam dessa forma. Primeiro, é preciso pontuar que após a proclamação da República, o fim do voto censitário não significou uma ampliação na participação eleitoral. As limitações ao voto ainda se mantinham para mulheres e analfabetos (Carvalho, 2019, p. 80-81). No entanto, mesmo entre aqueles que podiam exercer esse direito a adesão era baixa. Tal ausência, segundo Carvalho, tem suas motivações nas fraudes no processo eleitoral e no receio que tinham da violência empregada por alguns candidatos para influir nos resultados (Carvalho, 2019, p. 84). A descrença na participação pelas vias institucionais era expressa pela decisão de não votar - aos poucos que podiam<sup>44</sup>. Mas isso não pode ser encarado como uma apatia geral da população em relação às questões políticas.

Neste sentido, o caso dos estudantes é um dos episódios que demonstra que o povo estava atento e ativo nas questões políticas que lhe interessavam. O povo não se manteve indiferente aos atos de violência promovidos pela polícia militar, tampouco deixou de expressar sua indignação nos dias seguintes às agressões<sup>45</sup>. As manifestações e revoltas protagonizadas pela população neste período, nos abre outra possibilidade de investigar e entender a participação política e o exercício da cidadania<sup>46</sup>. Mas, se os acontecimentos não foram vivenciados com a apatia das pessoas, também não podemos assumir que a reação foi apenas um rompante impulsivo, destituído de qualquer racionalidade. Claro, ao ver os indivíduos à paisana agredirem os estudantes, a primeira reação pode muito bem ter sido um impulso de intervir no fato, como é descrito nos periódicos o esforço da população junto da Guarda Civil e acadêmicos para prender os responsáveis. Nota-se o empenho deste povo, em seguida, acompanhando os estudantes nas reivindicações por justiça; manifestando-se na porta da delegacia onde estavam os presos; se fazendo presente em reuniões dos estudantes; gritando morras à polícia e apanhando da mesma. Tudo isso que vimos no caso, não pode ser considerado um mero impulso. As manifestações de pesar tampouco. O grande número de pessoas que se mobilizaram para ver os cadáveres embalsamados; a grande romaria em direção ao cemitério para o último adeus; as

<sup>44</sup> Apenas 20% dos habitantes do Rio de Janeiro tinham direito à participação nos meios eleitorais, no entanto não se preocupavam em efetivá-lo (Carvalho, 2019, p. 87).

<sup>45</sup> A própria manifestação organizada pelos acadêmicos, demonstra que esse era um importante meio de colocar suas insatisfações e reivindicações no debate público.

<sup>46</sup> Mesmo com a baixa participação na política formal, as revoltas populares denotam que a população possui uma certa noção dos deveres do Estado e dos direitos do cidadão. Em países como o Brasil é preciso levar em conta outras modalidades de participação na vida política, não institucionais (Carvalho, 2002).

homenagens diversas e o empenho ao acompanhar os trabalhos do primeiro julgamento demonstraram que os acontecimentos tinham uma importância para além do primeiro impulso.

Assumir uma explicação simplista seria negar que essa massa de pessoas fosse composta por homens e mulheres com experiências, ideias, objetivos e racionalidade. É preciso reconhecer o protagonismo e o agenciamento da história por parte desses sujeitos da multidão, que se mobilizaram diante dos acontecimentos não sem motivo. O que as cenas de violência poderiam significar para aquele povo? Nesse exercício, a resposta mais óbvia pode ser a de que ver dois jovens serem assassinados causa uma indignação em qualquer pessoa, nada mais previsível que isso. É verdade, mas não podemos descartar o período histórico em que o caso se dá e nem mesmo as experiências que aquela população vivenciava. As cenas de violência e truculência produzidas pela Polícia Militar eram bem conhecidas pela população carioca, que não poucas vezes as sofriam na própria pele. Era comum o procedimento da polícia diante das manifestações populares empregando a violência - principalmente pelo espancamento - e também deportações (Bretas, 2018, p. 131). Um exemplo muito próximo é o caso da Light, citado no início deste texto. Em janeiro daquele 1909, a polícia militar havia produzido cenas de horror espancando a população que se manifestava. Tiros, ferimentos à espada e até as patas dos cavalos eram lançadas sobre os populares até a exaustão. Nesta ocasião, o *Correio da Manhã* publicou:

Temos agora que dizer alguma coisa em relação ao sangue que a polícia anda allucinadamente a derramar pelas ruas.

Somos um povo a que tiraram todos os meios legaes de manifestação. O direto de voto está confiscado. O povo não pôde ter representantes, que digam ao governo como elle pensa. O povo não tem fiscaes junto ao governo. Ora, sendo assim, nada mais natural, nada mais justo que o povo protestar por si nas ruas, gritar bem alto o que quer, impedir por sua vez que o lesem.

[...] Correl-o a bala, a sabre, a pata de cavallo quando mais vehementemente elle vem reclamar o que julga que é seu direito, é uma monstruosidade (*Correio da Manhã*, 13/01/1909, p. 01).

A rua era um dos espaços que a população encontrava para fazer valer seus desejos, ideias e direitos. Foi também o espaço escolhido pelos estudantes para colocar sua indignação com os procedimentos do comandante de um órgão institucional como a Força Policial. Quando o conflito se estabelece, as pessoas não tomam parte dos acontecimentos apenas por um ímpeto irracional, mas também porque a violência policial estava em suas vivências. Eram também os seus direitos - de se manifestar e de não serem assassinados ou espancados pela polícia - que estavam sendo violados ali mais uma vez. Os “morras” dados à polícia militar nesta manifestação, na manifestação pelos bondes

da Light, e que também se fazem presentes na Revolta da Vacina (Pereira, 2002, p. 96), demonstram um descontentamento que não é pontual ou impulsivo<sup>47</sup>. É um descontentamento que faz parte da vida, da história desses homens e mulheres da multidão, fruto de suas experiências - e até hoje não o é? - O empenho da população no caso dos estudantes e em seus desdobramentos se dá por se tratar de algo que os interessava, que também lhes dizia respeito. Entendendo esse contexto, também compreendemos isso. Desta forma, apesar da restrita participação através dos meios institucionais como o voto, o povo não se abstém de se mobilizar em torno das questões que lhe interessa. Exercem assim a cidadania por outros meios.

### Considerações finais

Neste artigo foi descrito o episódio que ficou conhecido como a Primavera de Sangue e seus desdobramentos a partir do que foi analisado nas publicações feitas pelos periódicos: *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã* e *O Paiz*. A partir de tais coberturas jornalísticas, buscou-se entender as dimensões e possíveis significados deste caso em seus diferentes momentos - manifestações e julgamentos.

A manifestação da primavera que aconteceu no dia 21 de setembro de 1909, aparece aqui com possibilidades de significados mais amplos, podendo estar inclusive relacionada às discussões sobre a revisão do tratado de fronteiras de 1851, entre Brasil e Uruguai. Quatro meses antes da manifestação da primavera, os estudantes do Rio de Janeiro, em reunião do Centro de Acadêmicos, se posicionavam a favor da aprovação do novo tratado de limites. Esta informação, publicada pelo *Correio da Manhã* naquela ocasião, quando associada às falas proferidas pelos estudantes desta capital no dia da manifestação da primavera, indica a possibilidade desta estar relacionada às discussões sobre a revisão do tratado de fronteira, como uma celebração da união entre esses dois países.

A participação da população, uma das problemáticas do caso, não aconteceu de forma pontual e nem por uma única via. No dia dos assassinatos, o povo auxiliou nas prisões dos agressores, protestou contra a ação violenta da polícia e até sofreu suas agressões. Também estiveram presentes nas manifestações de pesar, visitando os cadáveres na Escola de Medicina e participando do prístíto fúnebre. Quase um ano depois, quando o primeiro julgamento iniciou-se, o público lotou o espaço do

<sup>47</sup> A ideia de mobilização irracional e sem objetivo preciso da população também se faz presente nas interpretações feitas sobre a Revolta da Vacina, por aqueles que apoiam as medidas do governo na época - como o jornal *O Paiz* (Pereira, 2002, p. 94).

júri até que as sentenças fossem proferidas. Tamanha comoção popular é interpretada neste artigo como algo que tinha sentido dentro da vivência da população carioca: mobilizaram-se contra uma violência que meses antes era infligida sobre seus corpos, pela mesma polícia. Não se trata de uma mobilização destituída de racionalidade ou sentido, espontânea como um mero impulso.

Na cobertura jornalística do caso<sup>48</sup>, vemos que a imprensa não é um órgão neutro e tampouco as notícias publicadas pelos jornais são um retrato fiel da realidade. As notícias são construções de quem escreve, atravessadas de subjetividades e interesses políticos dos jornais. Um claro exemplo disso, é a caracterização feita pelo *Correio da Manhã* sobre o advogado Nicanor do Nascimento, no primeiro julgamento. Este periódico desqualifica o referido advogado de diversas formas, chegando até a promover uma espécie de discussão com ele, rebatendo o que foi dito por Nicanor na tribuna. Aqui fica claro que não há nada de impersonal ou neutro nas coberturas jornalísticas. Outra possibilidade de ação dos jornais, no caso, é a mudança no modo como as notícias são publicadas nos periódicos: tornam-se mais curtas e, em alguns casos, passam a ser publicadas não mais na primeira página como, por exemplo, no *Correio da Manhã*. Outra mudança é o número de pessoas que acompanham os trabalhos do júri no segundo julgamento. Esses dois aspectos parecem estar dialeticamente relacionados entre si, mas também relacionados a outros fatores: a eleição de um presidente militar, o estado de sítio em que o país se encontrava, e a ação direta do Clube Militar no segundo julgamento.

Esses diversos aspectos, nos quais estão imbricados diferentes personagens, denotam um pouco da dimensão deste caso e fazem dele uma das mobilizações populares em que podemos aferir um efetivo exercício da cidadania e da participação popular na Primeira República.

## Fontes

As edições dos periódicos que foram consultadas, listada abaixo, estão disponíveis para consulta online no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

Jornal	Período
--------	---------

<sup>48</sup> As investigações sobre o caso prosseguem agora em uma pesquisa de mestrado, em que será analisado o processo criminal referente ao primeiro julgamento, em 1910. O processo se divide em quatro maços, somando ao todo 1800 páginas e está disponível para consulta no Arquivo Central do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Desta forma será possível cotejar as informações da imprensa com as desta nova fonte.

<i>Correio da Manhã</i> (RJ)	22 a 30 de set. de 1909; 13 a 16 de set. de 1910; e 03 a 07 de jan. de 1911.
<i>Gazeta de Notícias</i> (RJ)	22 a 30 de set. de 1909; 13 a 16 de set. de 1910; e 03 a 07 de jan. de 1911.
<i>O Paiz</i> (RJ)	22 a 30 de set. de 1909; 13 a 16 de set. de 1910; e 03 a 07 de jan. de 1911.
<i>Jornal do Brasil</i> (RJ)	22 a 30 de set. de 1909; 13 a 16 de set. de 1910; e 03 a 07 de jan. de 1911.

### Referências bibliográficas

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa:** Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marialva. **Os Donos do Rio.** Imprensa, Poder e Público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **A batalha eleitoral de 1910:** imprensa e cultura política na Primeira República. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. A Primavera de Sangue: a cidade do Rio de Janeiro na batalha eleitoral de 1910. **Dimensões**, vol. 27, 2011, p. 115-128. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2586/2082>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRETAS, Marcos L. **A guerra das ruas:** povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907). Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

BRETAS, Marcos L. **Ordem na Cidade:** o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CAPELATO, Maria H. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana e PRADO, Maria L. C. (org.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas.** São Paulo: humanitas: CAPES, 2015, p. 114-136.

CAPELATO, Maria H. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando T. da et al. (org.). **República, Liberalismo e Cidadania.** Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ESPIELL, Héctor Gros. O tratado brasileiro-uruguai de 1909 e a revisão, por razão de justiça, do tratado de limites de 1851. Trad. Antonio Otavio Sá Ricarte. **Revista de informação legislativa**, v.

21, n. 84, p. 233-250, out./dez. 1984. Disponível em:  
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181573>. Acesso em: 22 jul. 2024.

LAMARÃO, Sérgio; MONTALVÃO, Sérgio. “Clube Militar”. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CLUBE%20MILITAR%20red.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2023.

LUCA, Tania R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana L. e LUCA, Tania R de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MORAES, Evaristo de. **Reminiscências de um Rabula Criminalista**. Rio de Janeiro: editora A Grande Livraria Leite Ribeiro, 1922, p. 207.

NAPUMOCENO, Maria M. C. **Missão cultural brasileira no Uruguai**: a construção de um modelo de diplomacia cultural do Brasil na América Latina (1930-1945). Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

NERY, Gabriela. “Nós somos os últimos proletários do Brasil”: associativismo, imprensa e trabalho no Rio de Janeiro na virada do século (1880-1910). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis. v. 14. p.1-21, 2022.

PEREIRA, Leonardo Afonso de M. **As barricadas da saúde**: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SANTOS, Elisângela da Silva. O Brasil na “pátria intelectual” de José Enrique Rodó: expandindo o perímetro americanista. **Tempo**. Niterói, vol. 29, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/ZGncj9DtyTG5sgfGXrYqFmS/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

WILLIAMS, Raymond. Meios de comunicação como meios de produção. In: \_\_\_\_\_. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 69-86.